

Nota Prévia para a História do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Iaponan Soares

1. UMA IDÉIA EM PAUTA

Com a criação em 1918, da Secretaria de Interior e Justiça do Estado ficaram sob a jurisdição da nova Pasta as diretorias de Interior e Justiça e Instrução Pública, a Chefatura de Polícia, a Força Pública do Estado, a Inspetoria de Higiene, o Arquivo Público e a Biblioteca Pública de Florianópolis.⁽¹⁾

De todos só o Arquivo Público era órgão novo, muito embora sua criação já estivesse prevista desde o primeiro governo de Hercílio Luz, quando se programou idêntica secretaria, que foi instalada só em 1898 e que por razões outras teve curtíssima duração.⁽²⁾

Ao Secretário José Arthur Boiteux, mentor da idéia, não faltou empenho para o Arquivo sair do papel e assumir suas funções. Seu entusiasmo chegou a ponto de diligenciar junto a autoridades de nossos municípios mais antigos para que importantes documentos pudessem vir para a vigilância do novo órgão.

Segundo o Historiador Carlos da Costa Pereira é desse período que o Juiz de Direito da Comarca de São Francisco do Sul, atendendo pedido faz remessa da obra “Ordenações do Reino”, para fazer parte do acervo do “arquivo histórico que se pretendia fundar na capital do Estado”⁽³⁾. O ano dessa remessa é 1919 e essas “Ordenações” constituem uma coleção de cinco volumes, que chegando às mãos de José Arthur Boiteux foi depositada na Biblioteca Pública de Florianópolis, para aguardar até que o Arquivo tivesse condições de assumir a proteção da obra.

Não logramos localizar outras notícias sobre remessa de documentos para o acervo do órgão projetado, o que seria cabível, pois tanto Laguna quanto Lages eram naquele momento depositários de importantes acervos sobre suas histórias no período colonial, documentação que em grande parcela se dispersou ao longo do tempo, justamente porque não recebeu de seus responsáveis os cuidados necessários de guarda e conservação. O mesmo problema aconteceu com o Município de Florianópolis, possuidor de arquivo também precioso sobre o período colonial e imperial e que hoje se encontra

reduzido a pouco mais de três centenas de volumes e isso graças à iniciativa do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, que por falta de outra opção conseguiu que o então prefeito Oswaldo Machado, através de legislação específica, transferisse para sua custódia o que ainda restava daqueles papéis.

A ação do Secretário José Arthur Boiteux em sua Pasta foi abrangente, com atenção especial para melhoria do ensino público, que muito contribuiu em sua reforma, e para o despertar do culto à memória dos valores catarinenses. A par disso, vinha de longa data prestando a sua contribuição pessoal na revelação de nosso Passado, tendo já publicado, entre outros, “Os Partidos Políticos de Santa Catarina” e os dois primeiros tomos do “Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina”, com os dois tomos restantes ainda por concluir.⁽⁴⁾

Entende-se que para realizar a tarefa que se propunha, José Arthur Boiteux teve que priorizar os projetos que exigiam uma feita imediata, sobretudo aqueles que não comprometessem a dotação orçamentária de que dispunha.

Para não pôr em risco um trabalho mais amplo que a seu tempo se complementaria, teve que fazer algumas concessões. A instalação do Arquivo Público foi uma delas. E se assim optou foi por não temer embaraços futuros em sua execução, uma vez que a documentação que iria formar o seu acervo estava relativamente organizada e guardada numa das dependências da parte térrea do Palácio do Governo. Essa documentação era da Chefia do Poder Executivo, com papéis anteriores à instalação da Capitania, em 1739.

Ao deixar a pasta de Interior e Justiça em 1922, José Arthur Boiteux levou consigo a frustração de não ter instalado o Arquivo Público. De qualquer forma, a permanência do projeto em aberto era uma maneira de denunciar sua necessidade, que mais cedo ou mais tarde teria que ser atendido.

2. NOVA LEI CRIA O ARQUIVO PÚBLICO

Foi no governo do interventor Ptolomeu de Assis Brasil, em 1931, que o Arquivo Público voltou a ser criado e desta feita instalado.

Como justificativa para esta medida estava a de que em outros estados da União já haviam sido criados órgãos similares e que esse serviço se “constituía numa fonte de rendas para o Estado”⁽⁵⁾.

Segundo o mesmo instrumento legal, cabia ao Arquivo a guarda e conservação dos documentos de ordem administrativa e judiciária. Igualmente fixava seu quadro de pessoal, que deveria ter um diretor, um amanuense conservador, três datilógrafos, um porteiro e um contínuo servente.

A primeiro de maio de 1932, seu diretor o jornalista Laudares de Carvalho entrou no exercício do cargo para iniciar a ordenação alfabética dos documentos sob sua guarda, tomando posse na mesma oportunidade o cartorário André José Pinho e o servente Adolfo Bartolomeu Cordeiro. Logo a seguir passou a fazer parte do quadro de funcionários do Arquivo a datilógrafa Antonieta Bitencurt, o contínuo Arlindo Boaventura Penedo, o amanuense José de Souza Lima e o cartorário conservador Nicolau Nagib Nahas.

Atendida essa primeira fase, faltava agora definir o espaço para abrigar o Arquivo, cogitando-se em princípio da utilização do prédio do Teatro Álvaro de Carvalho, “idéia que foi posta de lado, por conveniência pública” (6).

Outros locais foram estudados. Entre eles o prédio na rua Arcipreste Paiva, esquina da rua Tenente Silveira e fronteiro ao prédio do Palácio do Governo. Mas o local logo descartado por ser muito antigo e suas instalações não oferecerem maior segurança. Foi lembrado em seguida o prédio onde funcionava a Diretoria de Higiene e Instrução Pública, à esquina das ruas Trajano com a Tenente Silveira, “sugestão esta também relegada em razão da exigüidade de espaço” (7).

Por fim, por sugestão do próprio Secretário de Interior e Justiça, dr. Manoel Pedro da Silveira, foi decidido pelo aproveitamento do andar térreo do Palácio do Governo, “na parte posterior, onde anteriormente funcionava a Diretoria de Terras e a Comissão de Sindicância do Governo Revolucionário e cuja resistência material examinada pela Diretoria de Obras, foi julgada satisfatória, mediante algumas obras, para maior garantia e resistência do piso” (8).

Resolvidas as questões de espaço e de pessoal, passou o Arquivo Público a enfrentar problemas com a legislação em vigor, que dificultava a transferência da documentação cartorária para sua guarda, comprometendo dessa forma a receita prevista no documento de sua criação.

A situação passou a inquietar. Começaram a surgir pela imprensa algumas críticas sobre a existência do Arquivo, por ser como “outros serviços instituído pelo governo do interventor Ptolomeu de Assis Brasil desnecessário à administração pública estadual”.

A fonte da insatisfação que gerava essas críticas era, sem dúvida, a questão da transferência dos documentos cartorários, situação que o novo interventor Aristiliano Ramos tratou de resolver à sua maneira, quando na primeira metade do ano seguinte extinguiu o Arquivo.⁽⁹⁾

Entre as razões alegadas pelo governo para tomar tal medida estava o fato de que “esse serviço não é de natureza inadiável e que sua manutenção importa em despesas incompatíveis com a situação financeira do Estado”. Ademais, o funcionamento na forma então estruturada, “prejudicava a ser-

ventuários de justiça, com a diminuição de rendas, não tendo sido compensados, pecuniariamente, como em outros Estados” (10).

3. FINALMENTE O ARQUIVO PÚBLICO COMEÇA A AGIR

Só a 28 de junho de 1960, no governo de Heriberto Hülse, que novo Arquivo Público seria criado e instalado⁽¹¹⁾. Embora os tempos fossem outros e seus propósitos menos ousados, o Arquivo Público não logrou ao longo destes vinte e cinco anos vencer algumas dificuldades básicas, duas delas plenamente superadas na fase anterior, como lugar para guarda de seu acervo e pessoal capaz de atender suas necessidades funcionais.

A batalha tem sido árdua. Que o digam Francisco Mascarenhas⁽¹²⁾, Djalma Coelho de Souza⁽¹³⁾, Santos Verani⁽¹⁴⁾, Wilmar Pacheco⁽¹⁵⁾ e Ewaldo Vilela⁽¹⁶⁾, que durante este primeiro quartel de século deram importante contribuição para permanência e credibilidade do órgão, capacitando-o a prestar bons serviços na área da administração pública e apoio às atividades culturais.

Hoje temos tudo para iniciar uma nova etapa na vida do Arquivo Público. Etapa que terá como ponto de partida a construção de sua sede definitiva.

NOTAS

- (1) SANTA CATARINA. Lei nº 1.196, de 26 de setembro de 1918.
- (2) SANTA CATARINA. Lei nº 328, de 23 de setembro de 1898, criando as Secretarias de Interior e Justiça e Obras Públicas e Finanças. Extintas pela Lei nº 518 de 4 de setembro de 1901, que criou a Secretaria Geral dos Negócios do Estado.
- (3) PEREIRA, Carlos da Costa. *História de São Francisco do Sul*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1984. p. 76. Esse conjunto de leis, também conhecido como “Ordenações Filipinas”, teve sua confirmação em 1643, data da publicação hoje sob a guarda de nossa Biblioteca Pública. Ainda segundo Carlos da Costa Pereira, essas “Ordenações” foram enviadas à Câmara de São Francisco do Sul pelo Ouvidor Rafael Pires Pardiniho, após correição que fizera no ano de 1719, às povoações de Laguna, Desterro e São Francisco do Sul.
- (4) O terceiro tomo da obra sairia só em 1940, em edição póstuma promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e impressa na Imprensa Oficial do Estado. O quarto e último tomo, correspondente às letras S a Z ficaria inédito, muito embora o IHGSC anunciasse ainda em 1940, sua publicação para breve. Logo a seguir, no incêndio ocorrido na Imprensa Oficial do Estado, seus originais seriam destruídos.

- (5) SANTA CATARINA. Decreto nº 186, de 28 de dezembro de 1931.
- (6) ARQUIVO PÚBLICO. Relatório do Exercício de 1932, p. 2.
- (7) Idem, idem.
- (8) Idem, idem.
- (9) SANTA CATARINA. Decreto nº 349, de 10 de maio de 1933.
- (10) Idem, idem.
- (11) SANTA CATARINA. Lei nº 2.378, de 28 de junho de 1960.
- (12) Nasceu em São Francisco do Sul, SC., a 9 de maio de 1913 e faleceu na mesma cidade a 17 de janeiro de 1970. Filho de Antonio Henrique Coutinho de Souza Mascarenhas e de Isabel Silveira Freitas de Souza Mascarenhas. Jornalista e radialista, tendo dirigido a Rádio Diário da Manhã de Florianópolis. Igualmente dirigiu a Biblioteca Pública do Estado. Ligado à UDN, concorreu em 1950 a uma cadeira à Assembléia Legislativa do Estado, ficando numa das suplências, sendo depois convocado para exercer mandato. Dirigiu o Arquivo Público de 11 de outubro de 1960 até sua aposentadoria, a 10 de janeiro de 1961.
- (13) Nasceu em Montenegro, RS., a 26 de Janeiro de 1906. Filho de Albano Coelho de Souza e de Idalina Brochier Coelho de Souza. Ingressou no serviço público em Caçador, SC., em 1936. Exerceu vários cargos na administração estadual, entre eles o de diretor do Teatro Álvaro de Carvalho. Ligado à UDN, foi vereador de Campos Novos na legislatura 1951-1954. Após o mandato passou a exercer o cargo de secretário executivo do mesmo partido, deixando-o só em 1964. Dirigiu o Arquivo Público de 25 de janeiro de 1961 a 3 de junho de 1971.
- (14) Nasceu em Orleans, SC., a 2 de abril de 1920. Filho de Luiz Cascaes Verani e de Alice Cordini Verani. Fez carreira militar, indo para a reserva no posto de coronel do Exército. Dirigiu o Arquivo Público de 9 de junho de 1971 a 7 de abril de 1976.
- (15) Nasceu em Florianópolis a 18 de junho de 1944. Filho de José Antonio Pacheco e de Maria Pacheco. Funcionário público e advogado. Foi do conselho da PROCAPE, Caldas da Imperatriz e CODISC, sendo atualmente membro da Assessoria Especial da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado. Dirigiu o Arquivo Público de 7 de abril de 1976 a 4 de fevereiro de 1982.
- (16) Nasceu em Florianópolis, a 22 de fevereiro de 1937. Filho de Orlando Vilela e de Carmem Lentz Vilela. Funcionário público e advogado. Foi diretor da Penitenciária do Estado e Assessor Especial da Secretaria da Justiça do Estado, pasta onde ocupa atualmente o cargo de coordenador das Organizações Penais do Estado. Dirigiu o Arquivo Público de 25 de maio de 1982 a 16 de março de 1983.